

CARTA DE COMPROMISSO

- Unidade de Saúde Familiar S. João de Ovar

Modelo A

O Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Baixo Vouga III, representado pelo seu Director Executivo, Dr. Manuel Sebe e a Unidade de Saúde Familiar (USF) S. João de Ovar, pelo seu Coordenador, Drª Anabela Morais, constituída com base na aprovação do Parecer Técnico da Equipa Regional de Apoio (ERA), por deliberação do Conselho Directivo da ARS em 17 de Dezembro de 2008, assumem nesta data a presente Carta de Compromisso, nos termos do artigo 6º do DL nº 298/2007 de 22 de Agosto, com efeitos para o ano civil de 2011, negociada na presença, como analista, do Departamento de Contratualização da Administração Regional de Saúde, IP (ARSC) que se rege pelas seguintes condições:

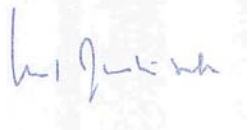
1. A USF S. João de Ovar é parte integrante do ACES Baixo Vouga III, sendo constituída por uma equipa multiprofissional, médicos, enfermeiros e administrativos, identificada no **Anexo I**
2. A USF tem na presente data 6.779 inscritos a que correspondem 8.497,5 unidades ponderadas, tendo previsto, em sede de candidatura, inscrever 6.780 utentes.
3. A USF fica sujeita ao cumprimento das metas explícitas no **Anexo II** – Compromisso Assistencial Contratualizado – onde constam os seus objectivos de desempenho para a carteira básica de serviços e carteira adicional de serviços.
4. Durante o ano de 2011 serão ainda monitorizados os 15 indicadores descritos no **Anexo III**.
5. Paralelamente à contratualização referida no número 3, a USF compromete-se a construir um Plano de Acompanhamento Interno, nos termos do artigo 7º da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, baseado numa linha de orientação comum organizacional ou clínica (**Anexo IV**), desencadeando, assim, um processo de autoavaliação, que tem por objectivo atingir a acreditação. O referido plano, a implementar durante o ano de 2011, deverá ser construído com o apoio da Equipa Regional de Apoio e Acompanhamento no âmbito do processo de acompanhamento das USF, ficando a ERA responsável pela verificação da concretização do mesmo.

6. A USF compromete-se a efectuar, rigorosa e sistematicamente, no Sistema de Informação, os registos de todos os dados necessários à análise da sua actividade, sem os quais esta não poderá ser considerada em sede de contratualização.
7. A USF aceita e disponibiliza-se para prestar a colaboração necessária à realização de auditorias e acções de acompanhamento que venham a ser determinadas pela Administração Regional de Saúde ou outras entidades para tal mandatadas pelo Ministro da Saúde, segundo a alínea h) do nº4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 298/2007, 22 de Agosto.
8. A USF deve elaborar um Relatório de Actividades, focalizado no compromisso assistencial contratualizado, bem como um plano de aplicação dos incentivos institucionais, a remeter ao Departamento de Contratualização até 15 de Fevereiro do ano seguinte, após validação pelo Director Executivo.
9. A ARS, através do ACES, deve garantir as condições de funcionamento adequadas, de modo a que a USF cumpra as actividades previstas na carteira básica de serviços e na carteira adicional de serviços, aceite para o período em questão, disponibilizando os recursos mencionados no Manual de Articulação – **Anexo V** – de acordo com o artigo 6º, nº3, alínea a) e capítulo IV, ambos do Decreto-Lei nº298/2007, 22 de Agosto.
10. Até 28 de Fevereiro do ano seguinte, a ARS, nos termos da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, comunica à USF a decisão relativa à atribuição de incentivos, em consonância com o relatório de avaliação do processo negocial/contratual elaborado pelo Departamento de Contratualização.
11. Até 31 de Março de cada ano a ARS aprova o plano de aplicação dos incentivos institucionais proposto pela USF aquando da apresentação do relatório de actividades.
12. O acompanhamento do desempenho da USF, a executar pela Unidade de Apoio à Gestão (UAG) do ACES, com o apoio do Departamento de Contratualização, efectua-se de forma automática e por via electrónica, não sobrecarregando a USF com carga administrativa adicional. No entanto, sempre que necessário, a USF deve disponibilizar-se para prestar os esclarecimentos considerados como relevantes e solicitados pelo Director Executivo do ACES ou pelo Departamento de Contratualização.
13. Se circunstâncias imprevisíveis determinarem a desactualização das metas definidas no presente acordo (**Anexo II**), as partes contratantes assumem o compromisso de rever os referidos termos.
14. O não cumprimento do articulado deste compromisso, por parte da USF, poderá excluí-la da atribuição dos incentivos institucionais, mesmo que as metas tenham sido atingidas, ou conduzir mesmo a uma


reavaliação do processo de constituição e de desenvolvimento da USF por decisão da Administração Regional de Saúde.

15. Nos termos do artigo 17º, nº4, do Decreto-Lei nº298/2007, de 22 de Agosto, e do artigo 6º, nº2, da Portaria nº301/2008, 18 de Abril, o incumprimento das metas contratualizadas não releva se o mesmo tiver origem na não disponibilização atempada, por parte da ARS, dos recursos mencionados no **Anexo V**.

O Director Executivo do ACES



O Coordenador da USF



Ovar, 25 de Janeiro de 2011

ANEXOS:

- I – Constituição da Equipa
- II – Compromisso Assistencial Contratualizado
- III – Lista de indicadores para monitorização
- IV – Plano de Acompanhamento Interno
- V – Manual de Articulação ACES/USF

ANEXO I – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

Identificação, grupo profissional e vínculo laboral dos elementos da equipa

Nome	Grupo Profissional	Vínculo
Anabela Aleixo Morais	Médico	Definitivo
Isabela Maria Flores de Oliveira Moreira	Médico	Definitivo
José Alberto Teixeira Lopes	Médico	Definitivo
Manuel Aurélio Santos Almeida	Médico	Definitivo
Ana Catarina de Almeida Leite	Enfermeiro	CTTC
Carla Olívia Costa Pacheco	Enfermeiro	Definitivo
Cláudio Negreiros Guimarães	Enfermeiro	Definitivo
Ivone Rosário Neves Quaresma	Enfermeiro	Definitivo
Maria do Céu Lopes Ferreira	Enfermeiro	Definitivo
Anabela Cristina Silva Teixeira	Administrativo	CTTC
Bruno Manuel Almeida Cortes	Administrativo	CTTC
Maria Cristina Monteiro Valente	Administrativo	CTTC

ANEXO II – COMPROMISSO ASSISTENCIAL CONTRATUALIZADO

A - CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS - INDICADORES

(Atribuição de incentivos institucionais)

[Art. 2º, nº2, alínea a) da Portaria nº 301/2008, 18 de Abril - Anexo I]

Área	N.º S.I.	Indicador	Meta
Acesso	3.12	Percentagem de consultas ao utente pelo seu próprio médico de família	85 %
	3.15	Taxa de utilização global de consultas	74 %
	4.18	Taxa de visitas domiciliárias médicas por 1.000 inscritos	35 ‰
	4.30	Taxa de visitas domiciliárias de enfermagem por 1.000 inscritos	170 ‰
Desempenho Assistencial	5.2	Percentagem de mulheres entre os 25 e 64 anos com colpocitologia actualizada	55 %
	5.1 M	Percentagem de mulheres entre os 50 e os 69 anos com registo de mamografia nos últimos dois anos	75 %
	5.4 M	Percentagem de diabéticos com pelo menos duas HbA1C registadas nos últimos 12 meses, desde que abranjam os 2 semestres	80 %
	5.10 M	Percentagem de hipertensos com pelo menos uma avaliação de pressão arterial em cada semestre	94 %
	6.1 M	Percentagem de crianças com PNV actualizado aos 2 anos	98 %
	6.1 M	Percentagem de crianças com PNV actualizado aos 6 anos	98 %
	6.12	Percentagem de primeiras consultas na vida efectuadas até aos 28 dias	85 %
	6.9 M	Percentagem de primeiras consultas de gravidez no primeiro trimestre	85 %
Satisfação dos utentes	-	Percentagem de utilizadores satisfeitos/muito satisfeitos (aplicação de inquérito --- classificação final)	-
Eficiência	7.6	Custo médio de medicamentos prescritos por utilizador	175 €
	7.7	Custo médio com MCDT prescritos por utilizador	72,5 €

B - CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS – ALARGAMENTO DE HORÁRIO

(Artigos 10º, nº 5, 30º, 32º e 34º do Decreto-Lei nº298/2007, 22 de Agosto)

Horário			Encargos		
	Período diário	Carga Semanal	Médicos Nº	Enfermeiros Nº	Administrativos Nº
Dias úteis					
Fins-de-semana					
Feriados					

C - RECURSOS HUMANOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA: HORAS EXTRAORDINÁRIAS A CONTRATUALIZAR PARA A CARTEIRA BÁSICA

Em função das necessidades sentidas no âmbito do cumprimento do estipulado na carteira Básica, é garantida a possibilidade de realização de trabalho extraordinário na área administrativa, até ao máximo de 10 horas extraordinárias semanais.

E – CARTEIRA ADICIONAL DE SERVIÇOS
(Art. 6º, nº6 e 7, do Decreto-Lei nº298/2007, 22 de Agosto)
(Portaria nº1368/2007, 18 Outubro, Anexo II)

Actividades	Indicadores	Metas	Compensação Financeira
Curso de Preparação para o Parto	Nº de Sessões	88	

Curso de Preparação para o Parto	Profissionais envolvidos		
	Médicos	Enfermeiros	Administrativos
Carga horária semanal (44 semanas)	-	4	-
Distribuição da Compensação			

Actividades	Indicadores	Metas	Compensação Financeira
Saúde Escolar	Nº de Sessões	23	

Nota – A actividade de Saúde Escolar só foi contratualizada até Junho de 2011 pelo facto de a enfermeira ir para a reforma e esta actividade fazer parte da carteira básica da UCC que se prevê iniciar.

Saúde Escolar	Profissionais envolvidos		
	Médicos	Enfermeiros	Administrativos
Carga horária semanal (26 semanas)	2	2	-
Distribuição da Compensação			



ANEXO III – INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO EM 2011

[illegible]

ANEXO IV– PLANO DE ACOMPANHAMENTO INTERNO

(Art. 7º da Portaria 301/2008, 18 de Abril)

Área de Acompanhamento
Registos Clínicos na Consulta de Saúde Materna

ANEXO V – MANUAL DE ARTICULAÇÃO

Recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros

(Artigos 6º, nº3, alíneas *a* e *b*) e 18º do Decreto-Lei nº298/2007 de 22 de Agosto)

Assinado entre o Director Executivo do ACES Baixo Vouga III e a Unidade de Saúde Familiar S. João de Ovar em 25/01/ 2011 .